

OPINIÃO

Dezesseis anos da Constituição


MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

Parece que foi outro dia. Era presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Distrito Federal e inauguramos, em frente à sua sede no final da W-3 Norte, na sacada do salão de festas, a pira da constituinte. No dia em que foi acesa, Ulysses Guimarães lá se encontrava, em companhia de uma dezena de parlamentares, que defendiam a idéia da convocação de uma constituinte já. Nesse ambiente efusivo, em que todos propugnavam para que o projeto de convocação se tornasse realidade, o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional 25, de 25 de maio de 1985, que, pelo artigo 39, autorizava a primeira representação política do Distrito Federal, composta de oito deputados e três senadores.

Nessa ocasião fui eleito para o Senado. Pertencente a um partido nacionalista de esquerda, e alinhado com o seu programa, procurei apresentar as emendas que entendi devêssem ser discutidas e, como queria, aprovadas. Com exceção daquelas que possuíam conteúdo técnico, as outras estavam carimbadas com a tarja progressista, tanto que uma entidade que monitorava os trabalhos constituintes, com grande credibilidade em certos segmentos que lutavam pela ampliação dos direitos sociais no país, atribuiu-me nota dez.

Estruturava-se, por outro lado, para tomar conta do mundo, o que, no jargão geral, passou a chamar-se globalização da economia. Funda-se essa entidade, incorporada, meio fantasma, e ao mesmo tempo com desenvoltura de nervos mais do que humanos, como única atividade, a busca incessante de

lucros. As nações, sobretudo as terceiro-mundistas, são as que mais sofrem. Quer queiram, quer não queiram, têm que ajustar suas economias ao que for ditado por ela, que faz do preto, branco; do quadrado, redondo. Na verdade, orienta o que tem que ser feito, sob pena de sucumbirem os países que dela dependem.

Enquanto os parlamentares alinhados à esquerda davam o tom de seu comportamento nas votações, fiéis às diretrizes de origem, o domínio da economia mundial se punha em outra vertente, esta engrossada com o ouro dos grandes capitais, em posição antagônica à tese então encampada por grande parte dos parlamentares constituintes.

Passados dezesseis anos da grande festa da promulgação da Carta de 88, solene ato presidido pelo saudoso dr. Ulysses Guimarães, figura notável por todos nós evocada, o Estado brasileiro contabiliza, na rota de colisão dos conceitos introduzidos em nosso ordenamento constitucional, pela sua decrepitude, 44 emendas, em verdade e no fundo, para ajustá-lo à corrente de vontades dos capitães da economia, que passaram a tomar conta do planeta.

Sem dúvida, fizemos uma Constituição analítica, descritiva, pormenorizada e, por isso, exageradamente prenhe de conceitos dogmatizados. Conceitos são formulações perigosas, se definidos em lei, principalmente quando essa lei é a Constituição. O processo de concepção da norma é, na maioria dos casos, muito mais fácil de ser elaborado do que desfeito.

Muitas dessas emendas — não todas — se tornaram imperiosas, se se considerarem as transformações impostas pelos agentes da

globalização à grande parte das nações do mundo. Inclusive ao Brasil.

As últimas eleições presidenciais, no Brasil, ocorreram em 2002. Nesse ano, o mundo já estava tomado pela economia dos grandes impérios financeiros, com a complacência das nações mais ricas. O hoje presidente da República, então constituinte de 88, foi eleito chefe do Poder Executivo federal. Em sua plataforma eleitoral erigia-se a grande arrancada em busca das soluções aflitivas do povo brasileiro, a grande maioria no campo social. Infelizmente, estamos a constatar que a metamorfose que tomou conta de suas intenções não está apenas no fato de haver o mundo mudado, no seu pólo econômico, mas a de ter prometido o que sabia, pelo menos é o que se presume, que não podia prometer.

Não só o presidente persistiu, até se eleger, na manutenção de uma proposta de política social e monetária que não iria cumprir, mas o seu partido, que, como é do conhecimento geral, nessas questões sociais, sempre votou contra o que passou a defender, exatamente depois da assunção ao poder.

O que se questiona não é o fato de mudar. O que se questiona é o de não ter mudado, quando poderia mudar, e de ter mudado quando se esperava que não iria mudar. Em outras palavras, sabia que tinha que mudar e não mudou. Não mudou para ficar com o povo e depois mudou para ficar contra o povo. Principalmente contra os mais pobres.

E a Constituição? No seu aniversário, com apenas dezesseis aninhos, já suporta a carga de 44 emendas. Quantas virão ainda? Só Deus sabe.


ARI CUNHA
visto, lido e ouvido
Desde 1960

 ari.cunha@correioweb.com.br
 com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

Sessenta anos na mesma casa

Reunião da Executiva do Condomínio dos Diários Associados teve ponto alto na pauta. Era homenagem ao diretor associado de Fortaleza, Manoel Eduardo Pinheiro Campos (Manoelito Eduardo), hoje o mais antigo comunheiro. Sua história é singela. Ainda garoto, em Fortaleza, foi trabalhar na Ceará Rádio Clube. É intelectual, autor de mais de setenta livros, escreveu novelas para o rádio, peças para o teatro, algumas delas com projeção nacional. Entende de jornal e rádio de cabo a rabo e tem seu tempo dividido com a administração da Maternidade Assis Chateaubriand, sendo, ainda, presidente do Instituto Histórico do Ceará e de dois sindicatos patronais.

Passando dos oitenta, seu trabalho começa às oito e entra noite adentro. Só não abre mão do almoço em casa. Intelectual de vastos recursos, jamais morou fora do Ceará, onde sentou sua fortaleza de conhecimentos e amizades. Valeu a festa. Foi o reconhecimento a Manoelito Eduardo, que, em toda a vida, recebeu homenagens por onde andou, menos na empresa. Chorou ao agradecer e contou histórias da juventude. Lembrou da esposa, dona Heudine, sua mulher por toda a vida, a quem sempre dedicou amor, companheirismo e amizade. Foi uma comemoração com toda a intimidade de companheiros.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“A faculdade virou instituição financeira que vende diplomas, o aluno é o consumidor interessado em comprar o diploma, e o professor é o cara que tenta atrapalhar o negócio.”

Timothy Mulholland, vice-reitor da UnB, pensando na solidão da noite quente para onde vai a nossa Universidade.

Cidadania

Estacionar no Tribunal de Justiça do DF vai ser mais fácil com as obras de ampliação da área pública servida de calçadas, onde era proibido deixar o carro. As medidas adotadas pelo presidente José Jerônimo de Sousa, vice, desembargador Estevão Maia e corregedor Eduardo de Montes Oliveira estão recebendo apoio da comunidade que frequenta aquela área.

Cosete Ramos

Belo gesto da minha amiga Cosete Ramos rebatendo notícia desta coluna em 1960. A memória das notas editadas no começo do jornal é feita pelo departamento de pesquisas, não pelo autor, em respeito à cronologia das notícias editadas. Como se vê, a referência foi publicada antes do nascimento da reclamante.

Poder

A luta política em São Paulo está tomando tais nuances, que o presidente do PT, José Genoíno, sem nenhum pejo, declarou que espera o apoio de Paulo Maluf. Se isso acontecer, o ex-governador e ex-prefeito jamais dará seu aval sem alguma vantagem, e é disso que ele gosta.

Baianidade

Em Salvador, Antônio Carlos Magalhães assiste pasmo à união do PDT com o PT, o que seria Brizola de braços com Lula. Isso, para derrotar o candidato César Borges, que recebe o apoio de ACM.

Duplicação

Quem informa é o deputado Tadeu Filippelli, secretário da Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano do DF. Está publicado no *Diário Oficial* o edital de concorrência para a duplicação da DF-05, que vem a ser a Estrada Parque Paranoá Norte. A abertura das propostas será no dia 16 e o término da obra pode ser previsto para o segundo semestre do próximo ano.

Integração

Está no site [www.mi.gov.br/saofrancisco] tudo que diz respeito ao projeto de o rio São Francisco levar água para 12 milhões de pessoas nos estados do Nordeste. O relatório de impacto ao meio ambiente pode ser conhecido por qualquer internauta graças ao serviço de Comunicação Social do Ministério da Integração Nacional seguindo determinação do ministro Ciro Gomes.

Mitologia para crianças

Ninguém tenha dúvidas de que o livro de Dad Squarisi vai ser o grande preferido pelos adultos e crianças neste fim de ano. São histórias de deuses e heróis da mitologia escritas de maneira simples e compreensiva. O lançamento está programado para o próximo dia 12, na Fnac, no ParkShopping, a partir das 5 da tarde, com direito a palhaçadas da Matusquella e mágicos para alegrar o Dia da Criança.

O que falta em nossos partidos?

OCTACIANO NOGUEIRA
Historiador

Partidos políticos nunca foram organizações muito populares. Nem no Brasil nem na maior parte do mundo. Nas pesquisas sobre confiabilidade realizadas entre nós nos últimos trinta anos, ganham apenas a categoria “-políticos”. Perdem de todas as demais instituições, cujo desempenho está entre os piores: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Embora impopulares, tornaram-se indispensáveis em todas as democracias e também na maioria das ditaduras. Hitler teve o dele e começou a carreira política como dirigente do Partido Nacional Socialista. Mussolini também, e o mesmo ocorreu com Stálin. Na Espanha de Franco, o partido era tão importante que o presidente do único permitido era ministro do governo. Só que não se chamava partido, mas “movimento”. Tal como em Portugal salazarista. Hoje não é diferente. Há partido na China, em Cuba e na Coreia do Norte. Assim mesmo, no singular.

Uma instituição que viceja nas ditaduras e é indispensável às democracias serve para que, afinal? Até hoje tem muitos usos e adquire as mais variadas formas. Quando o voto era limitado àqueles que a Constituição francesa de 1791 denominou “cidadãos ativos” porque tinham renda e pagavam tributos, eram restritos aos parlamentos e serviam para dividir os representantes do povo segundo seus interesses e defendê-los quando estavam em jogo. Em obra clássica de

1951, Maurice Duverger os chamou de partidos de “notáveis”. Com a extensão do direito de voto a todos os cidadãos, que começou na França, com a revolução de fevereiro de 1848, passaram a ser partidos “de massa”, pois tiveram que lidar com oito milhões de eleitores, número que, um mês antes, não chegavam a 250 mil. Já não serviam só para defender interesses de classe. Transformaram-se em mediadores entre as aspirações da sociedade e as concessões do Estado. Assumiram, a partir daí, a função insubstituível de disputar o poder e conseguir maioria nas assembleias, sem a qual qualquer governo seria impossível.

Seu papel tornou-se, então, o mais importante de quantos lhe cabe exercer ainda hoje em toda e qualquer democracia. Tão relevantes se tornaram, que as duas primeiras obras de ciência política versam sobre eles. A pioneira, publicada em Londres, em 1902, é do jurista russo Moisei Yakolevich Ostrogorski, *Democracia e a organização dos partidos políticos*, editada em dois volumes. Um é dedicada aos partidos americanos e o outro aos ingleses. A segunda, do italiano nascido na Alemanha, Roberto Michels. Tem o sugestivo título de *Os partidos políticos* e o subtítulo de *Ensaio sobre as tendências oligárquicas das democracias*, publicada em 1911.

Trata-se de um estudo sobre o Partido Social-Democrata da Alemanha, ao qual Michels pertenceu como militante quando jovem e do qual se afastou, tornando-se adepto do partido fascista, na Itália de Mussolini. Na época, foi o mais importante de todos os partidos existentes. Para mobilizar os trabalhadores, contava com editora, creches, clubes e esco-

las. Publicava livros e jornais, tornando-se precursor dos modernos partidos de massa que conseguem mobilizar milhares de adeptos, milhões de simpatizantes e igual quantidade de votos.

No Brasil, a história não foi diferente. Até o fim do império, eram apenas dois os partidos, o Liberal e o Conservador, alternando-se no poder. Com a singularidade de que o líder dos liberais, Bernardo Pereira de Vasconcelos, comandante da oposição ao absolutismo de d. Pedro I, foi o mesmo que, alguns anos mais tarde, em 1837, tornou-se o fundador do partido Conservador. Foi ato de tanta repercussão que produziu o mais famoso discurso já pronunciado na Câmara até hoje, para justificar-se com elegância: “Fui liberal, e então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista. Não sou tráfuga, não abandono a causa que defendendo, no dia dos seus perigos, de sua franqueza. Deixo-a no dia em que, tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete”.

Nossos partidos, hoje, continuam agrêmiações de donos e tráfugas, não mais de notáveis. Pena faltar-lhes talento, eloquência e cultura que sobram nos do Império, como no caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos.